

**O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES NA
REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS EX-COMBATENTES PARAIBANOS
DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

*The Mission of The Ex-Combatants Associations in Social Reintegration of Paraíba Ex-
Combatants in The Brazilian Expeditionary Force*

Antonio Odon da Silva Neto¹

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

DOI: <https://doi.org//10.62140/AOSN4222025>

Sumário: 1.Introdução; 2. A Desmobilização da Força Expedicionária Brasileira (FEB); 3. A Realidade dos Ex-Combatentes no Brasil; 4. A Legislação Brasileira e os Ex-Combatentes no Brasil; 5. As Associações dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB); 6. Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB); Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de reintegração social dos ex-combatentes paraibanos da Força Expedicionária Brasileira doravante (FEB), tendo em vista os desafios enfrentados pelos mesmos no imediato pós guerra, como a dificuldade de serem estigmatizados socialmente e de serem considerados "neuróticos de guerra" além do mais a dificuldade em obtenção nos anos que se seguiram, da garantia dos direitos conseguidos através de leis e decretos

¹ Graduando de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador de História Militar, Membro da Comissão de Pesquisa e Preservação Histórica da Polícia Militar do Estado da Paraíba, Fundador do Grupo de Pesquisa e Reencenação Histórica da Força Expedicionária Brasileira (GERFEB). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9820-4944> E-mail: antonio.odon@gmail.com

nacionais, estaduais e municipais. Tendo sido possível identificar aproximadamente 280 dos 349 expedicionários que partiram da Paraíba, homens esses saídos de todos os extratos sociais, das mais diversas cidades do estado e com níveis de escolaridade distintos as dificuldades encontradas no pós-guerra e nos anos que se seguiram ao afetarem a todos. Para a realização deste artigo, as fontes analisadas foram os documentos das associações de ex-combatentes paraibanos, em especial a associação dos ex-combatentes do Brasil - Secção João Pessoa, que através desta documentação é possível analisar como os ex-combatentes interagem com as associações e uma análise ao revelar que essas associações funcionaram não apenas como espaços de orientação para a busca de direitos, mas também como locais de confraternização, troca de experiências e de apoio, contribuindo para minimizar o sentimento de exclusão e marginalização social destes ex-combatentes.

Palavras-chaves: Força Expedicionária Brasileira; Reintegração Social; Paraíba; Ex-Combatentes.

Abstract: This research aims to analyze the process of social reintegration of former combatants from Paraíba of the Brazilian Expeditionary Force (FEB), considering the challenges they faced in the immediate post-war period, such as the difficulty of being socially stigmatized and considered "war neurotics", in addition to the difficulty in obtaining, in the years that followed, the guarantee of rights achieved through national, state and municipal laws and decrees. It was possible to identify approximately 280 of the 349 expeditionaries who left Paraíba, men from all social strata, from the most diverse cities in the state and with different levels of education; the difficulties encountered in the post-war period and in the years that followed affected everyone. To carry out this article, the sources analyzed were the documents of the associations of former combatants from Paraíba, especially the association of former combatants of Brazil - João Pessoa Section. Through this documentation, it is possible to analyze how the former combatants interacted with the associations. The analysis reveals that these associations functioned not only as spaces for guidance in the search for rights, but also as places for socializing, exchanging experiences and

providing support, helping to minimize the feeling of exclusion and social marginalization of these ex-combatants.

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; Social Reintegration; Paraíba; Ex-Combatants.

1. Introdução

A Segunda Guerra Mundial foi sem dúvida o conflito de maior importância da história contemporânea da humanidade, tanto pelo seu poder de destruição, como pelos avanços tecnológicos, quanto pela imensa quantidade de vidas perdidas, aproximadamente 80 milhões de pessoas perderam suas vidas no conflito, desses cerca de 50 milhões eram civis. O conflito que se iniciou com a invasão alemã à Polônia, se deflagrou por toda Europa e conseqüentemente por todo o mundo. Muito embora o Brasil tenha se mantido neutro no início do conflito a partir de 1942, com o rompimento das relações com as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e a aproximação político-ideológica com as potências aliadas (E.E.U.U, Inglaterra e U.R.S.S) em especial com os Estados Unidos, o Brasil se viu envolvido no conflito, principalmente a partir do ano de 1942 em resposta aos ataques dos submarinos alemães, causando o afundamento de embarcações brasileiras em águas nacionais. Ante o exposto, nos anos seguintes o Brasil recrutou, treinou e enviou uma Força Expedicionária composta por aproximadamente 25 mil homens para o teatro de operações sendo o único corpo de toda a América Latina a ser enviado para a luta no além-mar.

Portanto, também mobilizou milhares de jovens na defesa do território nacional em especial nas regiões litorâneas do Brasil, muito embora não seja o objetivo principal deste artigo falar sobre os feitos da FEB na Itália, são esses jovens mobilizados para lutar no teatro de operações europeu e para a defesa do nosso litoral que irão compor no imediato pós- guerra os nossos ex-combatentes, sendo assim cabe primeiramente entender quem são esses jovens, e em que Brasil eles estavam inseridos, uma vez que esses ex-combatentes eram compostos pelo o que é

apresentado como cidadãos-soldados. Isto é, cidadãos que foram convocados do seu convívio social para serem treinados e combater na guerra.

De acordo com Francisco Ferraz (2004), Desde a institucionalização generalizada da conscrição universal masculina, a partir do final do século XVIII, na Europa, o serviço militar obrigatório substituiu as diversas formas de recrutamento existentes, incorporando aos deveres da cidadania o encargo de soldado. Todo cidadão seria, potencialmente, um soldado da pátria. (FERRAZ. 2004, p. 422).

Todavia, não sendo diferente na nossa nação nos ensejos da mobilização nacional, e conseqüentemente o envio de tropas para a participação efetiva no teatro de batalha europeu, a grande maioria dos praças e graduados que foram enviados para o *front* era composto por civis voluntários e/ou convocados (WELLINGTON, 2008).

Assim, tendo a Paraíba contribuído com uma parcela de 349 homens, não foi diferente, uma vez que de acordo com o censo de 1940, a Paraíba era um Estado que tinha como base de sua economia a agricultura, a pecuária e a silvicultura, onde estava concentrada aproximadamente 79% de sua força de trabalho composta pela população jovem entre 20 a 29 anos, faixa etária média dos convocados para a guerra.²

Sendo assim, é possível afirmar que mesmo tendo sido uma parcela tão pequena da nossa juventude paraibana a ir para a guerra, os que voltaram trouxeram consigo ideias e ideais, que se propagaram na sociedade paraibana. Nessa perspectiva, cabe neste artigo, investigar para compreender o que houve com esses jovens que foram para a guerra e retornaram para o seio de suas famílias, além dos principais desafios na reintegração à sociedade além de apresentar um estudo sobre a ruptura social que houve após o retorno dos expedicionários que partiram para lutar na Europa, sob o pretexto de defender valores como a Liberdade e a Democracia.

Entretanto, fatores que contrastavam com o *status quo* da sua própria Pátria, até então uma Ditadura (Estado Novo), regido por uma Constituição de inspiração

² Biblioteca IBGE - Recenseamento Geral do Brasil em 1º de Setembro de 1940 – Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p8_pb.pdf Acesso em 25/02/2025.

Fascista. Pode se constatar, que tais contrastes geraram conflitos no pós-guerra entre os expedicionários em luta por sua inserção social e reconhecimento e os poderes locais instituídos. A exemplo da trajetória do senhor Félix de Souza Araújo, nascido em 1922 e natural da cidade de Cabaceiras (PB), serviu na FEB como Cabo no Depósito de Pessoal e ao voltar da guerra fixou morada em Campina Grande, onde através do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ingressou na vida política chegando posteriormente a ser eleito Vereador pelo Partido Libertador (PL), mas nunca abandonando os ideais de esquerda, posteriormente foi assassinado no ano de 1953 por rivais políticos da extrema direita da qual fazia denúncias de corrupção.

2. A Desmobilização da Força Expedicionária Brasileira (FEB)

A desmobilização da (FEB) e a reintegração de seus combatentes à sociedade foram marcadas por um processo desorganizado e sem planejamento adequado por parte do Governo Brasileiro. Os soldados que haviam lutado na Itália retornaram ao país sem um programa estruturado de assistência, enfrentando dificuldades para retomar suas vidas civis, tanto no mercado de trabalho quanto na obtenção de benefícios por seus serviços prestados. Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, onde os veteranos foram amplamente amparados pelo Estado por meio do *G.I. Bill*, os expedicionários Brasileiros tiveram que lutar por reconhecimento e por direitos básicos durante décadas.

O Governo Brasileiro dissolveu rapidamente a FEB, temendo que seus membros se tornassem uma força politicamente ativa, o que era uma preocupação comum na época, dado o papel que veteranos desempenharam em movimentos políticos de outros países. Assim, conforme os soldados retornavam ao Brasil começaram a ser desmobilizados e enviados de volta ao Brasil sem qualquer suporte significativo.

Como observa Ferraz (2012), muitos desses homens haviam sido convocados diretamente do meio civil e, ao voltarem, encontraram dificuldades para reassumir suas funções anteriores, enquanto outros, que haviam sido promovidos durante a guerra, não foram automaticamente reintegrados às fileiras do Exército,

gerando um sentimento de frustração entre os veteranos, no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, não houve um programa de benefícios abrangente para os ex-combatentes. Enquanto nos Estados Unidos o *G.I. Bill* oferecia acesso a ensino superior, financiamentos habitacionais e apoio à reinserção no mercado de trabalho, no Brasil a assistência foi mínima e demorou anos para ser formalmente estabelecida.

Conforme aponta Fernandes (2008), a desmobilização da FEB foi apressada e os expedicionários foram, em grande parte, esquecidos pelo governo, sem qualquer planejamento para sua reintegração social, além da questão econômica, a assistência médica e psicológica também foi um problema grave para os veteranos brasileiros.

3. A Realidade dos Ex-Combatentes no Brasil

A realidade de muitos ex-combatentes no Brasil, que retornaram com sequelas físicas e transtornos como o estresse pós-traumático, mas não receberam suporte adequado. No Brasil, poucos hospitais militares estavam preparados para atender os pracinhas e apenas instituições como o Hospital da 7ª Região Militar, em Recife, prestaram algum tipo de assistência. Nos Estados Unidos, hospitais especializados foram criados para atender os veteranos, garantindo tratamento médico e apoio psicológico e por outro lado, o *G.I. Bill* foi uma iniciativa fundamental para a reestruturação da vida dos veteranos, permitindo que milhões deles frequentassem universidades e adquirissem moradias próprias.

Uma política pública que veio a consolidar uma percepção positiva sobre os veteranos nos EUA, onde eles foram celebrados como heróis e receberam amplo apoio governamental. Conforme observou (WELLINGTON, 2008), no Brasil, por outro lado, a FEB não recebeu o mesmo nível de reconhecimento, a percepção social dos veteranos também foi diferente nos dois países e nos EUA, o governo e a sociedade garantiram que os ex-combatentes fossem celebrados e reconhecidos por seu serviço, reforçando seu papel como cidadãos exemplares.

Nacionalmente, mediante a História do Brasil, a Memória da FEB permaneceu restrita a círculos militares e acadêmicos por muito tempo e apenas com o esforço das associações, houve um resgate mais consistente de sua importância histórica, na qual muitos ex-combatentes relataram sentir-se abandonados e alguns, sem perspectivas, acabaram vivendo em condições precárias. A luta por direitos se prolongou por décadas e apenas com a Constituição de 1946 começaram a ser concedidos alguns benefícios, mas de forma limitada. Uma vez que, a Constituição de 1967 trouxe um reconhecimento mais amplo, garantindo pensões e benefícios previdenciários para os veteranos, ainda que não comparáveis aos concedidos nos Estados Unidos da América.

A presente comparação entre os dois processos, brasileiro e norte-americano, evidencia não apenas a diferença na forma como os veteranos foram tratados, mas também a forma como o Brasil e os Estados Unidos encararam o papel dos soldados na construção da memória nacional. Enquanto nos EUA a valorização dos ex-combatentes ajudou a consolidar um modelo de cidadania e pertencimento, no Brasil a ausência de um planejamento adequado fez com que muitos dos que lutaram pela pátria fossem relegados ao esquecimento.

Os Ex-combatentes Brasileiros tiveram que lutar bastante para garantir qualquer direito, sendo o ponto culminante dessa luta, o ano de 1957. Nesta ocasião, uma passeata organizada no Rio de Janeiro reuniu aproximadamente 3500 Ex-combatentes, evento descrito pelo repórter José Leal do jornal "O Globo": Às 13 horas do dia 23, já a sede da Associação se encontrava repleta de pracinhas. Logo depois, o desfile começou, silenciosamente, dentro da mais perfeita ordem, sem necessidade de vozes de comando. Abriram a manifestação os emblemas, em grande formato, da “Cobra Fumando” e da Associação de Ex-Combatentes.

Três grandes painéis apresentavam quadros pintados de maneira impressionante: uma cena de combate sobre a neve, o cemitério de Pistóia, desolado e solene e o regresso triunfal da tropa. Em jipes e automóveis

desfilaram os mutilados. A série de faixas era iniciada por um dístico com estes dizeres: - “Sede Bem-vindos, Irmãos Queridos – Isso foi quando regressamos...”. Logo depois, um cartaz perguntava: - “E agora?”. A resposta vinha mais adiante: “Pracinhas Tuberculosos”, - “Pracinhas dormindo ao relento”, - “Pracinhas se suicidam” (LEAL, 1957, P.13).

A passeata foi acompanhada por uma multidão de civis, tendo o seu ponto alto, quando ao chegar em frente a câmara dos vereadores da capital Federal que suspendeu a sessão e deu a palavra a Sampaio de Lacerda, Presidente da Associação que discursou: Os ex-combatentes não vêm aqui pleitear privilégios. Não querem os títulos de heróis, nem de mártires ou de vítimas, pelo fato de terem cumprido o sagrado dever de defender a Pátria agredida pelo inimigo nazista. Não querem, tampouco, alegar o sacrifício feito, para usufruir vantagens.

Não querem alegar os horrores da guerra, os tristes quadros que ainda conservam em sua retina e em sua memória, para que possam ser beneficiados. Não. Os ex-combatentes são homens conscientes. São homens que sabem o papel representado por sua Pátria para a restauração da liberdade no mundo. Os ex-combatentes sentem-se orgulhosos por terem tido a ventura de representar o Brasil na luta que o mundo travou para a vitória dos sagrados direitos do homem. A urgência que reclamamos, senhores vereadores, é de vida e de morte. (...) Os ex-combatentes pleiteiam, portanto, e com urgência, única e exclusivamente, o direito de viver. Desejamos justiça. (LEAL, 1957, P.13).

Mesmo assim, acabou que a passeata causou pouca pressão política a longo prazo, pelo fato do contingente de ex-combatentes estarem espalhados por todo

território nacional, e por ter sido duramente criticada pelo governo federal, acusando os organizadores de tentarem manipular a opinião pública com ideias comunistas e utilizar os ex-combatentes como massa de manobra comunista, sendo inclusive também atacada por outros colegas ex-combatentes de outras regiões do país. (FERRAZ, 2012). Bem como, “Éramos malvistas porque postulávamos emprego, incomodávamos. Aqui na 3ª Região diziam que nós, da Associação, éramos comunistas, não queriam nada conosco.” (WLLADINO, 2000, p.54).

4. A Legislação Brasileira e os Ex-Combatentes no Brasil

Acerca da legislação brasileira em relação aos direitos dos ex-combatentes brasileiros, é preciso antes, entender quem são as associações de ex-combatentes e quem são esses indivíduos. Além de necessário o entendimento de como as leis e os benefícios foram alcançados através dos anos. Como já foi explicado anteriormente e ao contrário da sua contraparte estadunidense, que já em 1944 tinha um conjunto de leis e garantias à sua espera após a desmobilização os ex-combatentes.

Através de décadas, viveram uma constante queda de braço com o Estado, para a conquista de direitos e acima de tudo garantias de que esses direitos seriam de fato proporcionados aos mesmos. Para tanto, a primeira lei que define algum direito aos ex-combatentes é o Decreto-Lei nº 7.270/45, que regula os casos de invalidez e de incapacidade física para militares das forças armadas, além de criar a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA), referido Decreto que acabou por sofrer alterações diversas vezes, ampliando assim sua abrangência e os direitos por ele concedidos.

Além do presente Decreto-Lei nº 7.270/45, teve Lei nº 646/49, que garantia aos ex-combatentes da FEB, licenciados do serviço ativo e que tivessem sido declarados por Junta Militar de Saúde, até 31 de dezembro de 1948, portadores de moléstia passível de suspeita de haver sido adquirida ou agravada em consequência das condições inerentes à campanha. Da mesma forma, seguiram a Lei nº 3.633/59,

em seu Artigo 3º, que concedeu uma pensão mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil Cruzeiros) aos expedicionários incapacitados para o trabalho, ainda não amparados por lei federal. Também a Lei nº 4.242/63, que concedeu pensão aos ex-combatentes incapacitados, sem poder prover os meios de subsistência e que não recebessem, até então, qualquer importância dos cofres públicos.

A existência dessas e de outras leis não garantia, entretanto, a solução dos problemas dos veteranos. O desconhecimento dos direitos expressos nessas leis, por parte dos ex-combatentes, era grande. Muitos viviam no interior, nas zonas rurais, e ignoravam que tinham direito a tais benefícios. Por outro lado, mesmo nos centros urbanos, fora das associações de ex-combatentes, poucos sabiam delas. E mesmo os que sabiam de seus direitos poucas garantias tinham de transformá-los em realidade, pois a burocracia e repartições impunham-lhes muitos obstáculos (Cf. SOARES, 1985, p. 16-17, 20-23, 341-344).

Portanto, dentre estas leis a que causou mais polêmica, principalmente dentro das associações foi a Lei Nº 5.315/67, que definia em seu texto quem de fato era ex-combatente, tendo em seu texto;

Art . 1º Considera-se ex-combatente, para efeito da aplicação do artigo 178 da Constituição do Brasil , todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas, na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força do Exército, da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente.

Ou seja, era considerado legalmente ex-combatente não só aqueles que tinham participado da Força Expedicionária Brasileira, mas sim todos aqueles que durante o período da declaração de guerra, até o fim da mesma sido mobilizado para atuar no litoral, e na defesa da território Brasileiro. Como também tenha atuado em

zona de guerra na marinha mercante e/ou marinha de guerra, apelidado pejorativamente pelos expedicionários de Lei das Praias, além de excluir totalmente os militares, que ao fim da guerra permaneceram na ativa das forças armadas.

Todavia, a AECB se encheu de ex-combatentes que participaram da defesa do litoral, requerendo seus direitos junto ao estado, e obviamente passando a integrar o cotidiano da mesma, muitas vezes, suplantando em muito o número de expedicionários, que em alguns momentos se incomodavam com a presença dos mesmos, já que muitas vezes, os próprios não conseguiam compreender os traumas pelo qual os expedicionários enfrentavam.

5. As Associações dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB)

As Associações dos Ex-Combatentes do Brasil, receberam destaque ao longo do tempo e em seus ensejos, a finalidade da criação de uma associação que reunisse os veteranos da Campanha da Itália, que surgiu ainda no território italiano. Mediante o intuito a princípio de não se perder o espírito de camaradagem e os laços de companheirismos adquiridos no *front*, como também a luta pela garantia das promessas feitas pelo governo antes da ida dos expedicionários a guerra. Para tanto, no dia 01 de outubro de 1945 é criada a Associação dos Ex-combatentes do Brasil (AECB) e tinha em seus objetivos iniciais: Agremiar e agregar os ex-combatentes da FEB; Manter vivo o espírito de camaradagem e a união desenvolvidos em meio ao *front*; Lutar por direitos e garantias aos ex-combatentes.

Da mesma forma, ainda no mês de novembro de 1946 as seções regionais da AECB se reuniram e realizaram a Convenção Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil, com o intuito de criar e estabelecer as normas e estruturas das associações além de criar uma proposta para entregar ao governo Dutra com uma série de medidas de amparo e readaptação dos ex-combatentes a vida civil.

Dentro do contexto da Guerra Fria, de um mundo polarizado entre o sistema capitalista e o comunismo, logo surgiu boatos que o evento era uma tentativa dos comunistas de usarem a convenção e os esforços da associação para propagar

seus ideais, embora o objetivo não fosse esse, os boatos surgiram principalmente pelo envolvimento de ex-combatentes e Membros da Diretoria da AECB com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Desta forma, diversas autoridades que foram convidadas não compareceram à Convenção, como o Presidente Dutra, e o General Mascarenhas de Moraes, tendo inclusive que mudar o local onde seria feita a abertura da Convenção, primeiramente imaginada para ser no Teatro Municipal no Rio de Janeiro, teve que ser transferida às pressas para Academia Brasileira de Ciências, que cedeu seu Auditório, no Silogeu Brasileiro. (FERRAZ, 2003)

Contextualizando esta realidade no Estado da Paraíba, mais especificamente em João Pessoa, por se tratar de região litorânea, próximo ao principal centro de atividades de *U-Boats*, tendo o 15º Regimento de Infantaria, organização militar responsável pela defesa da Capital, foram mobilizados centenas de homens na defesa do litoral, além de aproximadamente mais de mil guerrilheiros nas colônias de pescadores a AECB regional acabou tendo um aumento significativo dos seus membros, que em muito superavam o número de expedicionários.

Uma vez que dos 349 paraibanos que serviram na FEB, alguns continuaram nas Forças Armadas e os tantos outros que voltaram para o Estado da Paraíba e para o convívio da vida civil. Assim, em grande número, estavam pulverizados no interior do Estado, com o total exato que ainda está sendo apurado em análise dos arquivos da AECB-JP. Para tanto, sabe-se que em determinado momento a Regional de João Pessoa contou mais de mil membros, naturais de diversas partes do país, tendo inclusive a presença de ex-combatentes que serviram em outros exércitos durante a guerra.

6. Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB)

Conforme explicado anteriormente, com o passar dos anos e as leis que acabaram se tornando mais abrangentes e com a definição de ex-combatentes,

diversos expedicionários sentiram-se desconfortáveis nos quadros da AECB, onde passavam a se tornar minoria. Houve também na década de 50, diversos conflitos nas associações de todo o Brasil, devido aos grupos políticos terem tomado conta das associações, em especial grupos com ideais considerados de esquerda, por esses motivos, houve uma dissidência de cerca de cem expedicionários que fundaram, em 16 de julho de 1963, no Rio de Janeiro, local de maior concentração de expedicionários, o “Clube dos Veteranos da Campanha da Itália”.(WELLINGTON, 2008)

O nome de “Clube dos Veteranos” foi substituído por “Associação dos Veteranos da FEB (AVFEB)”, em 1969, e, posteriormente, em 1972, mudado para Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) com sua direção central localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, atual denominação. A ANVFEB é constituída de Combatentes das Forças Armadas Brasileiras, participantes da 2ª Guerra Mundial, no Teatro de Operações da Itália, ou seja, aqueles que são portadores da Medalha de Campanha. tendo a data de “16 de julho” sido escolhida para a fundação por ser a data do desembarque na Itália do 1º escalão da FEB.

A ANVFEB é uma sociedade cívica, cultural e recreativa, que tem por finalidade estreitar e prolongar os laços de camaradagem e de solidariedade humana, entre os mesmos veteranos e os seus familiares, assim como rememorar a história e as glórias do Brasil, na 2ª Guerra Mundial, além de possuir como princípios: a defesa da paz, com liberdade; a defesa dos postulados democráticos e das liberdades fundamentais; o cultivo do espírito fraterno de solidariedade humana entre os associados; o prolongamento, através dos descendentes de seus associados, do “*Espírito Febiano*”.

A recordação, em todas as oportunidades, em conferências e publicações, dos episódios ligados à História da Campanha na Itália; a organização e manutenção de um museu especializado, sobre a Campanha na Itália; as comemorações das datas gloriosas do Brasil, particularmente da Campanha na Itália; as homenagens aos

mortos da guerra; a manutenção dos laços de relações fraternais e de camaradagem entre todos os veteranos nacionais e estrangeiros e suas associações de ex-combatentes.

Ambas as associações sempre se respeitaram e compartilharam muitas vezes do mesmo ambiente sem maiores problemas, inclusive ambas sempre se convidavam para suas festividades e nos desfiles de 7 de setembro marchavam juntas, embora que seus membros se distinguissem pela boina, sendo a boina azul, utilizada pelos expedicionários e a boina verde utilizada pelos ex-combatentes, a exemplo do Desfile de 7 de Setembro nos anos 70, tendo em primeiro plano os expedicionários e em segundo plano os ex-combatentes brasileiros.

Assim sendo, como já demonstrado além do caráter recreativo e de manutenção dos laços de fraternidade as associações tinham um papel central na luta pela conquista dos direitos dos ex-combatentes, cabia às associações um minucioso trabalho de atendimento e centro de referência jurídico, os ex-combatentes, em muitos casos, encontravam dificuldades para obter empregos, devido à falta de políticas públicas, de qualificação profissional e às barreiras profissionais.

O direcionamento desses ex-combatentes para o mercado de trabalho, além de atuar em algumas situações como as redes de contatos, a formulação de parcerias com o setor público e privado, na busca de cursos de profissionalização, uma vez que grande parte destes ex-combatentes eram jovens que foram servir ao país no início de sua juventude, exatamente no período que deveriam aprender uma profissão, e que ao retornarem à vida civil, não possuíam um ofício nem emprego.

Exatamente como explica Ferraz (2012), logo mesmo que tivessem direito a assumir determinados cargos públicos não possuíam a capacitação necessária, as associações passaram também a ser os órgãos que ajudavam no processo de validação do serviço militar dos seus membros, uma vez que suas diretorias estavam mais capacitadas e mais familiarizadas com a burocracia necessária para a comprovação.

Considerações Finais

O presente estudo tem como finalidade a abordagem da reintegração dos ex-combatentes brasileiros, em especial os paraibanos, que envolveu uma série de desafios psicológicos, sociais e econômicos que, muitas vezes, não eram plenamente atendidos pelas políticas públicas. Nesse contexto, as associações de veteranos desempenharam um papel essencial, funcionando como redes de apoio social e psicológico, além disso, o reconhecimento social e a memória coletiva eram áreas nas quais essas associações exerciam grande influência: Elas lutavam para manter viva a memória dos ex-combatentes, tanto perante o Estado quanto junto à sociedade.

Ao organizarem eventos comemorativos, cerimônias e encontros, as associações garantiam que os ex-combatentes fossem lembrados e valorizados. Esse reconhecimento é fundamental para a autoestima dos ex-combatentes e para a construção de uma narrativa positiva sobre suas contribuições durante o conflito, enquanto a falta do reconhecimento público, por outro lado, agravou o sentimento de exclusão e marginalização

As políticas públicas de apoio, como pensões e benefícios de saúde, eram outra questão em que as associações desempenhavam um papel de advocacia. Elas pressionavam o governo para garantir que os direitos dos ex-combatentes fossem reconhecidos e respeitados. Quando essas políticas falhavam ou eram insuficientes, as associações muitas vezes se mobilizavam para fornecer suporte direto ou auxiliar os combatentes na busca por esses direitos, intermediando as relações com o Estado e ajudando a formalizar pedidos de benefícios, como deve ser visto no Ofício nº 72/78, solicitando atendimento médico a ex-combatente presente no Acervo Histórico da AECB-JP.

Datado de 16 de fevereiro de 1978, o mesmo é um pedido ao Comandante do 1º Grupamento de Engenharia na época o General Athos, no Ofício é solicitado que o ex-combatente seja atendido no hospital de guarnição da capital, embora na carta seja citada a Lei Nº 5.315/67, que dá amparo legal para o atendimento. Nota-se na carta um conciliatório, deixando a decisão do atendimento a critério do General.

Como mostra Ferraz esse tom conciliatório demonstrou ser o padrão das medidas tomadas pelas associações:

[...] A crescente predominância de um padrão mais conciliatório, em que “providências” são mais pedidas que exigidas. Sem disporem de formas de pressão mais contundentes, as políticas do direito de amparo dos cidadãos-soldados convertiam-se lentamente em lutas pela atenção e pelos favores dos governantes.(Ferraz,2018, p. 228)

Desta forma, a mudança de identidade e o ajuste à vida civil eram processos profundamente complexos. A transição do campo de batalha para a vida civil podia ser desorientadora, e as associações, por estarem compostas por veteranos que compartilhavam dessas experiências, ajudavam a manter um sentido de continuidade e pertencimento, preservando valores e laços da vida militar como também locais de confraternização, troca de experiências e apoio, contribuindo para minimizar o sentimento de exclusão e marginalização social desses ex-combatentes.

Finalmente, as associações vem a desempenhar um papel fundamental na reintegração social, ao fornecer um espaço onde os ex-combatentes podiam continuar a se identificar com seu passado militar, ao mesmo tempo em que buscavam formas de se adaptar à vida civil, com um número cada vez menor de ex-combatentes vivos, cabe às associações que ainda existem se manter, agora com a presença de familiares, entusiastas e pesquisadores, a zelar pela manutenção e preservação da memória dos feitos da FEB e das ações dos ex-combatentes em todo o território nacional.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil de 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p8_pb.pdf
Acesso em 25 de Fevereiro de 2025.

BURKE, P. A Nova História, O seu Passado e seu Futuro *In: A Escrita da História: Novas Perspectivas.* (org.). Editora UNESP. São Paulo, 1992.

COSTA, Helton; GOMES, D. K. Ao Alcance da Morte: Ensaio sobre o Estado psicológico dos Soldados da FEB na Segunda Guerra Mundial. Ed 1, Matilda Produções, Curitiba, 2021.

FERRAZ, F. C. A. Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: Balanço da produção bibliográfica e suas tendências. Revista Esboços, V. 22, N. 34. p 207 – 232. Florianópolis, Julho, 2016.

FERRAZ, F. C. A. Os Veteranos da FEB e a Sociedade Brasileira. *In: Nova História Militar Brasileira*: CASTRO, C; IZECKSOHN, V; KRAAY, H. (org.). Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004. p. 421-448.

KEEGAN, John. A Face da Batalha. Biblioteca do Exército, 2000.

MAMEDES, Marcelino Lúcio., SANTOS, WELLINGTON Corlet dos. E a Cobra Fumou: Lembrar por quê? : Força Expedicionária Brasileira – 1944 – 1945. Campina Grande: ANVFEB – SR CAMPINA GRANDE – PB, Campina Grande, 2006.

PEDROSA, F. V. G. A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”. Anais do XXXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). São Paulo, 2011.

SANTOS, WELLINGTON Corlet dos. A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas consequências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965. / Rio de Janeiro, 2008.

SCALDAFERRI, L. G. Os Múltiplos olhares sobre a História Militar. História Unisinos. Vol. 16 N° 3 - setembro/dezembro de 2012. doi: 10.4013/htu.2012.163.01 Acesso em 24 de Fevereiro de 2025.

WEHLING, Arno. A Pesquisa da História Militar Brasileira. *In: Revista Da Cultura*. RJ: Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, pp. 35-38., Ferraz, Francisco César Alves. A Guerra que não acabou: a Reintegração Social dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)